

O CAMINHO SE FAZ AO CAMINHAR: AS MULHERES, SEUS ARQUIVOS E O ARQUIVO NACIONAL

Ana Carolina Reyes (Arquivo Nacional/Fundação Oswaldo Cruz)

1 ALGUMAS PALAVRAS INTRODUTÓRIAS

Os últimos dez anos têm sido marcados pelo avanço dos movimentos feministas no Brasil e no mundo. As mulheres têm liderado uma série de atos e manifestações, e em alguns países vizinhos, como Uruguai e Argentina, bandeiras antigas foram conquistadas, como o direito ao aborto. A quarta onda do feminismo, como vem sendo chamado esse momento histórico de mobilização das mulheres, gera sem dúvida impactos também no campo da história, da memória e dos arquivos, compreendendo "arquivo" aqui não apenas os acervos, como também as instituições arquivísticas.

Em fevereiro de 2021 o Arquivo Nacional (AN) foi convidado a participar da mesa "Arquivos de Mulheres: memória e representatividade", evento organizado pela recém-criada RAM - Rede de Arquivos de Mulheres. A RAM surgiu de uma iniciativa de profissionais do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil / Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV) e do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB/USP) com o objetivo de reunir instituições de memória e pesquisadores em torno da temática de gênero nos arquivos. A partir da referida mesa, houve um processo de aproximação entre o Arquivo Nacional – representado então por quatro servidoras – e a RAM, e em maio do mesmo

ano o Arquivo Nacional passou a integrar a rede e a se envolver nas atividades propostas.

A ideia central deste artigo é buscar retomar o percurso da principal instituição arquivística brasileira destacando as ações e reflexões em relação à questão de gênero nos arquivos, as quais antecedem à criação da própria RAM. Em uma instituição quase bicentenária, é sempre uma tarefa de fôlego discorrer sobre sua história, seu acervo e as escolhas que orientam a conformação e a organização deste. A fim de delimitar o escopo do artigo, pretendemos utilizar como fio condutor a experiência da autora enquanto técnica do Arquivo Nacional na equipe de processamento técnico de documentos audiovisuais e sonoros, para mapear os esforços dos últimos 5 anos empreendidos no Arquivo Nacional no sentido de visibilizar arquivos de / sobre mulheres.

Muito se tem discutido, no campo dos arquivos, sobre o papel ativo que estes podem assumir de formação da memória social, dando espaço a grupos e sujeitos antes marginalizados e invisibilizados nas narrativas tradicionais arquivísticas e históricas. As mulheres constituem um desses grupos cuja ausência é sentida nos registros presentes nos arquivos.

Se o objetivo deste artigo é retomar, sob a ótica da trajetória da autora, o percurso do Arquivo Nacional em termos de reflexões e ações em relação aos arquivos de / sobre mulheres, ao mesmo tempo pretendemos apontar caminhos possíveis que podem ser percorridos pela Instituição no sentido de reparar os silenciamentos históricos envolvendo as mulheres e outras minorias.

2 UM OLHAR PARA OS ARQUIVOS DE MULHERES NO ARQUIVO NACIONAL

Em fevereiro de 2021, a minha participação na mesa promovida pela RAM "Arquivos de Mulheres: memória e representatividade", enquanto uma das servidoras que representava o Arquivo Nacional, foi apresentar os trabalhos que desenvolvi sobre os acervos de duas mulheres, os quais estão sob a guarda do AN. São arquivos que foram tratados em 2018 e em 2019; acervos de duas Marias: Maria da Conceição da Costa Neves e Maria Luíza Aboim.

Antes de contar um pouco sobre as titulares e seus acervos, e considerando que o objetivo deste artigo é retomar o percurso do Arquivo Nacional, suas ações e reflexões em relação à questão de gênero nos arquivos, gostaria de refletir sobre as escolhas institucionais e/ ou pessoais que levam / levaram ao tratamento e disponibilização desses (e outros) acervos ao público.

Há quase cinco anos, recém-chegada da Equipe de Atendimento ao Público para trabalhar na Equipe de Processamento Técnico de Documentos Audiovisuais, Sonoros e Musicais, me foi sugerido fazer o tratamento técnico

do acervo sonoro de Maria da Conceição da Costa Neves. Este acervo foi entregue ao Arquivo Nacional em 2009 por familiares da titular (já falecida à época), no âmbito do chamamento do Memórias Reveladas³¹⁰ para a doação de arquivos que retratassem o período da ditadura militar no Brasil. Pareceu-me bem interessante poder trabalhar com esse acervo e aceitei a tarefa. Mas é importante dizer que poderia ter escolhido outro fundo para organizar.

Um ano depois, em 2019, o Festival Internacional de Cinema de Arquivo organizado pelo Arquivo Nacional – Festival Arquivo em Cartaz – teve como tema escolhido para a sua 5ª edição “Mulheres no Cinema”. Assim, para a revista do Festival, a Equipe de Documentos Audiovisuais, Sonoros e Musicais foi convidada a escrever um artigo sobre os acervos audiovisuais de mulheres no Arquivo Nacional; uma espécie de um guia de fontes. Paralelamente à elaboração do artigo, a equipe decidiu alimentar no SIAN – Sistema de Informações do Arquivo Nacional, principal base de dados da instituição, os registros relativos a esses acervos (audiovisuais e sonoros) de mulheres, tornando-os disponíveis ao público.

Ao longo do processo de escrita do artigo, eu e os outros colegas desistimos da ideia inicial do guia de fontes, e decidimos refletir sobre a vida e obra de Maria Luíza Aboim, cineasta, psicóloga, militante feminista que trabalhou por muitos anos com mulheres vítimas de violência. Para subsidiar nossa pesquisa, e na ausência de fontes sobre a titular, fomos até Teresópolis onde mora Maria Luíza para entrevistá-la³¹¹.

Com o breve relato desses dois casos de tratamento técnico de acervos, objetiva-se, em primeiro lugar, chamar a atenção para as escolhas subjetivas dos técnicos que trabalham com arquivos. Uma dessas escolhas é sobre qual acervo será organizado. A esta se seguem outras decisões ligadas ao processo mesmo de descrever e indexar os documentos.

Nos últimos anos, vemos surgir um debate acerca das mudanças paradigmáticas no campo dos arquivos e da Arquivologia. Terry Cook é um dos principais representantes desse debate. Em linhas gerais, está em curso um deslocamento do paradigma arquivístico, sobretudo em razão dos questionamentos pós-modernos à abordagem arquivística clássica. No centro

³¹⁰ O Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) – Memórias Reveladas foi criado em 2009 no âmbito da Casa Civil da Presidência da República e sob a coordenação do Arquivo Nacional, e tinha como um dos seus objetivos disponibilizar, em um portal na internet, informações acerca de arquivos referentes ao regime militar, custodiados por diversas instituições públicas e privadas.

³¹¹ A gravação da entrevista passou a integrar o acervo do Arquivo Nacional sob o código: BR RJANRIO AN.FIL.0.110 e encontra-se descrita no SIAN – Sistema de Informações do Arquivo Nacional, disponível em: < <https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/login.asp>>.

desse debate, está a mudança da percepção do papel do arquivista na construção da memória coletiva, bem como um novo entendimento sobre a razão de ser das instituições de arquivo, o que falaremos mais adiante. Nesse quadro de mudanças, o profissional de arquivo deixa de ser “uma espécie de mediador ideal neutro, desinteressado e imparcial entre criadores e usuários dos documentos” (COOK, 2012, p.136) para reconhecer sua participação no processo histórico e na formação ativa da memória social.

Para os fins desse artigo, consideramos relevante pensar nas relações e tensões entre a política institucional e as decisões subjetivas dos profissionais de arquivo. De que maneira a primeira vai se construindo a partir dessas últimas escolhas? Eis aqui uma das razões para a escolha do título deste artigo: o caminho (com a consolidação de um posicionamento institucional) vai se constituindo no caminhar, a partir das escolhas individuais dos profissionais. Mas, ao mesmo tempo, não se pode ignorar que determinadas políticas institucionais podem tanto impulsionar como servir de freio a certas escolhas e impedir algumas ações.

Pode-se dizer que o trabalho com o acervo de Maria Luíza Aboim, a entrevista e o artigo que daí resultou partiram de uma demanda e de um interesse em divulgar a história de uma cineasta feminista, registrar suas memórias e refletir sobre sua trajetória e sua obra, dentro do escopo do Festival Arquivo em Cartaz. Mas mesmo nesse caso, em que a escolha do tema do Festival parece refletir uma política institucional envolvida com a questão de gênero, há que se reconhecer os esforços de duas servidoras que foram as curadoras do festival e defenderam a escolha desta temática.

O trabalho com o acervo de Maria da Conceição da Costa Neves, por seu turno, fazia parte do planejamento cotidiano e rotineiro de tratamento técnico dos acervos. Mas se a princípio esse trabalho não estava conscientemente situado no âmbito das preocupações envolvendo as questões de gênero, estas muitas vezes se impuseram no decorrer da organização da própria documentação. Daí um outro motivo para a escolha do título deste artigo: o caminho (que envolve as decisões tomadas durante o tratamento técnico de um acervo) vai sendo construído muitas vezes pelo contato com a documentação (o caminhar), quando nos deparamos com questões antes não imaginadas.

Além do conhecimento da própria documentação que integra o arquivo, muitas vezes os técnicos têm que buscar informações sobre a vida e a trajetória dessas titulares em outras fontes, para poder realizar o tratamento técnico do acervo. Os arquivos permitem visualizar apenas aspectos parciais da vida das titulares. Como se sabe, um arquivo pessoal é composto por aquilo

que se decidiu registrar e guardar. No entanto, é importante que o profissional de arquivo conheça minimamente as principais passagens da vida da titular do acervo, buscando outros recursos para suprir as lacunas existentes nos arquivos. Se, para o processamento técnico do acervo audiovisual de Maria Luíza Aboim, fez-se uso de entrevista com a titular, para a organização do acervo sonoro de Maria da Conceição da Costa Neves, uma importante fonte de informação foi sua autobiografia *Rua Sem Fim*, publicada em 1984, alguns anos antes de seu falecimento, em 1989.

Curioso perceber que, como fontes complementares aos arquivos das duas titulares, recorreu-se à entrevista e ao texto autobiográfico. Isso não é mero acaso. Ainda hoje as mulheres estão sub-representadas nas instituições arquivísticas devido a processos sociais que apagam seus papéis como sujeitos históricos. A ausência de documentos sobre mulheres nos arquivos brasileiros contribui para a invisibilização de sua atuação. Diante disso, pesquisadores e também profissionais de arquivo têm que recorrer a outras fontes para recontar as histórias dessas mulheres.

Maria da Conceição da Costa Neves nasceu em Juiz de Fora em 1908. Tornou-se deputada estadual pelo estado de São Paulo em 1947, e teve 6 mandatos consecutivos. Foi a única mulher eleita para a Constituinte Paulista de 1947. Ela participou ativamente da política, numa época em que poucas eram as mulheres nesse espaço. E ainda hoje essa é uma realidade no cenário da política brasileira. Maria da Conceição atuou também na defesa dos doentes de hanseníase que eram internados compulsoriamente em asilos no estado de São Paulo e mantidos afastados do convívio social. Antes de se eleger deputada, ela já denunciava as condições precárias desses internatos. A documentação sonora da titular, constituída por uma dezena de fitas rolos, compreende o período em que ela atuou como deputada. São gravações de entrevistas em programas em que ela participou, e também discursos na tribuna da Assembleia Legislativa de São Paulo.

Embora não retratado nos documentos que compõem seu arquivo, Maria da Conceição desempenhou também, nos anos 30, a atividade de atriz de teatro, tendo alcançado grande destaque na Companhia de Procópio Ferreira com o nome artístico de Regina Maura. Em sua autobiografia, ela nos conta sobre os preconceitos que enfrentou ao desempenhar o ofício de atriz, preconceito esse que a acompanhou enquanto deputada. É possível perceber, em algumas gravações do acervo, um certo tom jocoso dos entrevistadores e a tentativa de desqualificá-la por ser mulher e por ter sido atriz. Em uma dessas gravações, o entrevistador pergunta com qual pronome de tratamento deve se dirigir a ela: se senhora ou senhorita, voltando-se ao seu estado civil e assim

desconsiderando seu cargo político de deputada.

Entrevistador: Devemos dirigir-lhe a palavra com o tratamento de senhora ou senhorita, hein?

Maria da Conceição: ah esta é uma saída muito interessante. Vocês já iniciaram de maneira diferente. Realmente fizeram bem, é mesmo uma situação diferente. Geralmente não é essa pergunta. Vocês perguntam “Vossa Excelência”, porque eu sou “Vossa Excelência”. Eu sou “Excelência”, quer queiram, quer não queiram. (Arquivo Nacional, Fundo Maria da Conceição da Costa Neves, BR RJANRIO CCN.0.DSO.004)

Esse é um exemplo muito significativo de como as questões de gênero podem surgir a partir do tratamento da documentação. Nesse caso, e em outros, é grande a responsabilidade de quem organiza o acervo no sentido de tornar visível certas histórias e seus sujeitos, que se constituirão em fontes para pesquisas futuras. Segundo Terry Cook, “não há nada neutro, objetivo ou ‘natural’ neste processo de lembrança e esquecimento” (COOK, 2012, p. 130), só que nem sempre essa consciência está dada e perdemos a conexão com a realidade e as relações de poder.

Jimerson (2007) também se dedica à compreensão das relações de poder que existem nos arquivos e de que maneira estas forjam o que será ou não preservado. Comparando as instituições arquivísticas a um templo, ele discute sobre a autoridade conferida aos registros que estão no templo arquivístico e o conseqüente controle da memória social. Segundo ele, os profissionais de arquivo podem e devem se “engajar de forma responsável em debates sobre políticas públicas e procurar garantir que os arquivos documentem as perspectivas de todos os segmentos da sociedade” (JIMERSON, 2007, p. 260).

A mudança do paradigma arquivístico que está em curso envolve não apenas a percepção do papel do profissional de arquivo na construção da memória coletiva, mas também uma nova forma de compreender as instituições arquivísticas. Nesse quadro de mudanças, as instituições arquivísticas também passam por reformulações: antes os Arquivos³¹² foram concebidos tradicionalmente como aparatos do Estado, para servi-lo; agora, fundamentadas em políticas públicas mais amplas, os Arquivos passam a ser considerados como instituições da sociedade.

A partir dessas reflexões e pressupostos, perguntamo-nos sobre a representação dos diferentes grupos sociais no acervo do Arquivo Nacional, e,

³¹² Quando nos referirmos a “Arquivos” como sinônimo de instituições arquivísticas, utilizaremos letra maiúscula.

de forma mais específica, buscamos saber sobre os acervos produzidos por mulheres. Que setores da sociedade estão representados no acervo do Arquivo Nacional? Tentaremos refletir sobre essa questão a seguir.

3 ARQUIVOS E REPRESENTATIVIDADE

Um Arquivo Público Nacional é a instituição cuja missão é guardar, tratar, dar acesso à documentação produzida pelo Estado Brasileiro – mas não apenas. Ele também assume, muitas vezes, a responsabilidade de custodiar conjuntos documentais privados. O Arquivo Nacional possui, sob sua guarda, mais de 900 fundos e coleções, sejam arquivos públicos, recolhidos à Instituição, ou privados, que ingressaram no AN através de doação ou por comodato³¹³

Nos vários fundos públicos sob a guarda do Arquivo Nacional, podemos encontrar documentos em que as mulheres estão representadas. Um exemplo bastante significativo é o fundo “Conselho Nacional dos Direitos da Mulher”, constituído por documentação textual, iconográfica, sonora e audiovisual. Esse Conselho foi criado em 1985, com a finalidade de promover políticas de igualdade de gênero no país, e teve a sua documentação recolhida ao Arquivo Nacional em 2009. Contava com a participação de grupos e associações de defesa dos direitos das mulheres.

Há muitos outros caminhos, dentre a documentação pública, onde se pode buscar fontes para a construção de uma História das Mulheres. Enquanto trabalhei na equipe de atendimento ao público do Arquivo Nacional, tive contato com diversos pesquisadores e suas pesquisas. Lembro-me de uma professora que levou uma vez seu grupo de estudantes para a Sala de Leitura e ficaram horas pesquisando processos de alforria de mulheres escravizadas, de onde podiam ser extraídas as vozes dessas mulheres.

Diante do quadro de mudanças pelas quais vêm passando a Arquivologia tradicional, entende-se que um Arquivo Público é responsável pela documentação produzida pelo Estado, mas também pode assumir, muitas vezes, a responsabilidade de custodiar conjuntos documentais privados, representativos dos diferentes segmentos que compõem a sociedade brasileira. O Arquivo Nacional, principal instituição arquivística do Brasil, tem recebido, ao longo de sua história, pedidos de doação de acervos privados vários. São, em sua totalidade, 305 conjuntos documentais privados sob a guarda do AN. Mas será que esses conjuntos privados são representativos dos diversos grupos sociais que formam a nossa sociedade? De antemão, sabemos que algumas

³¹³ A modalidade de aquisição de acervos privados através de compra já foi utilizada pelo Arquivo Nacional no passado, mas hoje não é mais praticada.

minorias sociais – embora maioria da população brasileira – estão sub-representadas ou mesmo ausentes dos arquivos brasileiros. O que pode ser feito para transformar esse cenário?

Segundo mapeamento feito por Benassi (2017), dos 305 conjuntos documentais privados existentes no Arquivo Nacional, 196 foram produzidos por homens, enquanto apenas 26 são acervos privados de mulheres, dentre os quais estão os de Maria da Conceição da Costa Neves e Maria Luíza Aboim. Nessa contagem, a autora explica que, para os fins de recorte da pesquisa, não foram incluídos os arquivos familiares ou de casais nem aqueles produzidos por entidades.

É importante destacar que, desde o ingresso na Rede de Arquivos de Mulheres, o Arquivo Nacional – atualmente representado na Rede por quatro servidoras – vem se envolvendo nas atividades propostas pela RAM. Uma delas é o mapeamento de fundos de / sobre mulheres que fazem parte do acervo do AN, com a especificação das datas-limites, dos gêneros documentais e o registro de uma breve biografia das titulares. Nesse levantamento, as servidoras envolvidas nessa frente resolveram incluir na contabilização dos acervos aqueles produzidos por famílias ou casais (em que as mulheres também figuram como titulares) e acervos de entidades ligadas à defesa dos direitos da mulher, como a Federação Brasileira para o Progresso Feminino, cuja presidência foi exercida por Berta Lutz.

Considerando esse novo recorte, o número de acervos de / sobre mulheres no Arquivo Nacional chega a 52, o que ainda é um número bastante reduzido frente ao total de fundos e coleções existentes na instituição. Como afirma Benassi, citando a entrevista que realizou com Beatriz Monteiro, supervisora da Equipe de Processamento Técnico de Documentos Privados do AN, “durante muito tempo o Arquivo Nacional conservou o perfil de receber arquivos de homens públicos” (BENASSI, 2017, p.34).

O grupo de trabalho à frente do mapeamento de acervos de / sobre mulheres vislumbra, em um segundo momento, reunir no mapeamento outros fundos (públicos e privados) onde as mulheres estejam representadas, de forma a tentar agrupar as fontes dispersas produzidas por ou sobre elas que podem ser encontradas no Arquivo Nacional. Esse desejo da elaboração de um guia de fontes tem como pretensão tornar visíveis caminhos, por vezes ainda ocultos, para a construção de uma história em que as mulheres, e outras minorias, sejam protagonistas.

Alguns efeitos são desejados / esperados a partir da elaboração e publicização de um material como esse: de um lado, o aumento de pesquisadores interessados na consulta de alguns acervos; e por outro, algumas

mudanças internas à instituição, ligadas ao processamento técnico. Um exemplo é a possibilidade de repensar os campos existentes para a recuperação da informação, bem como refletir sobre quais informações são alimentadas. É importante que os profissionais que trabalham em arquivos se tornem conscientes do seu “poder” de tornar visível (ou de invisibilizar) certos personagens e suas trajetórias.

Quando se escolheu, por exemplo, escrever sobre o acervo audiovisual de Maria Luíza Aboim para a revista do Festival Arquivo em Cartaz 2019, decidiu-se dar visibilidade a um acervo produzido por uma mulher, e aos temas que ela aborda em suas obras, que têm como cerne os grupos oprimidos da nossa sociedade.

Em 1975 Maria Luíza ingressava no movimento feminista e ajudava a fundar o Centro da Mulher Brasileira. Uma das principais preocupações do movimento feminista era a necessidade de as mães terem com quem deixar seus filhos para irem trabalhar, o que está diretamente ligado à autonomia econômica feminina. Foi nesse momento que ela conheceu o projeto desenvolvido na comunidade da Vila Kennedy, subúrbio do Rio de Janeiro, em que algumas mulheres ficavam, em suas próprias casas, com os filhos de outras mulheres, para estas trabalharem fora. Como pagamento pelo trabalho, as mulheres cuidadoras recebiam cestas de alimentos. O projeto da creche era organizado e gerido por um órgão público ligado ao Ministério da Previdência Social, a Legião Brasileira de Assistência (LBA). Com o objetivo de retratar essa experiência de creche comunitária, Maria Luíza filmou, em 1979, seu primeiro filme, “Creche-lar”.

A este seguiram-se outros filmes, que refletem os temas com os quais a cineasta se envolveu e continua se envolvendo ao longo da vida: o feminismo, a violência contra a mulher, o candomblé, a questão indígena, a agroecologia. Guardar, preservar, dar acesso e difundir um acervo como o de Maria Luíza Aboim é tornar visíveis também as histórias que ela conta em seus filmes, que dão voz a grupos historicamente silenciados.

Outra atividade que é importante mencionar realizada pelo Arquivo Nacional no âmbito da RAM foi a mesa “Mulheres e seus arquivos privados: o olhar das doadoras”, ocorrida no dia 07 de outubro de 2021³¹⁴. Desta mesa participaram quatro titulares que doaram seus acervos para o Arquivo Nacional: Comba Marques Porto; Hildete Pereira de Melo, Leonor Nunes Paiva e Lucia Velloso Mauricio. Neste evento, as titulares contaram sobre suas trajetórias, a atuação no movimento feminista, e falaram também da decisão de

³¹⁴ A gravação do evento está disponível em
< <https://www.youtube.com/watch?v=d6HkPFUupQ4>>. Acesso em 23/05/2022

doar seus acervos para o Arquivo Nacional. Destacaram a importância desses documentos estarem guardados e preservados em uma instituição pública.

O acervo de Comba Marques Porto foi doado ao Arquivo Nacional em 1993, tornando-se o segundo acervo produzido por uma mulher a ingressar na instituição. De acordo com as palestrantes, esta doação serviu como exemplo a outras mulheres militantes, que compreendem a importância dessa ação para o não apagamento de suas trajetórias. Assim, à doação do acervo de Comba, seguiu-se a dos arquivos de Leonor Nunes Paiva e Hildete Pereira de Melo, em 2007 e 2008 respectivamente.

Mas foi em 2009 que ocorreu o maior número de doações de arquivos privados de mulheres ao Arquivo Nacional, em razão do lançamento do Edital Público de Chamamento de Acervos 001/2009, realizado pelo Memórias Reveladas. Neste ano, foi criado o Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) – Memórias Reveladas, cujo objetivo era disponibilizar, em um portal na internet, informações acerca de arquivos referentes ao regime militar, custodiados por diversas instituições públicas e privadas. O Memórias Reveladas buscou então incentivar a doação, por particulares, de documentos que retratassem a ditadura militar, com a simplificação dos trâmites.

Foi nesta ocasião em que o acervo de Maria da Conceição da Costa Neves foi entregue ao Arquivo Nacional por sua sobrinha, 20 anos após a sua morte. O acervo de Maria da Conceição, bem como o de outras mulheres doados nessa oportunidade, jogam luz sobre esse período da história do Brasil. Maria da Conceição, enquanto deputada, participou da oposição ao governo de João Goulart e depois se tornou crítica ao regime militar e sofreu a cassação de seu mandato em 1969, em decorrência do ato institucional n. 5 – AI-5.

Cabe destacar que, ao longo da história do Arquivo Nacional, esse foi o primeiro e único chamamento de acervos privados, ao qual muitas mulheres responderam doando seus acervos, para serem preservados e difundidos. Passados dez anos desse evento inédito de chamamento de acervos, houve uma significativa mudança na política de aquisição de acervos privados do Arquivo Nacional. A atual política de aquisição de acervos, em vigor desde 09 de setembro de 2019, define “como critério para o recebimento de arquivos privados no Arquivo Nacional a existência de prévia declaração de interesse público e social cujo processo se inicia por meio de solicitação ao Conselho Nacional de Arquivos”³¹⁵. Com a exigência da declaração de interesse público

³¹⁵ BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Portaria nº 311, de 9 de setembro de 2019. Estabelece critérios para recebimento de arquivos privados no Arquivo Nacional. Boletim de Gestão de Pessoas, Brasília, DF, ano 3, edição 9.14, 19 set. 2019. Disponível em: < <https://boletim.sigpe.planejamento.gov.br/publicacao/detalhar/24799> > Acesso em: 19 fev. 2022

e social para que um acervo tenha sua doação deferida para o Arquivo Nacional, pode-se dizer que se tornou mais difícil e complexo o processo de ingresso de um acervo privado na instituição.

4 PARA ONDE CAMINHAMOS?

Nesse esforço de refletirmos sobre o percurso do Arquivo Nacional, nos últimos anos, em relação aos acervos de mulheres, pôde-se observar, por um lado, que algumas ações foram desenvolvidas no sentido de visibilizar esses acervos: a realização do Festival Arquivo em Cartaz com o tema “Mulheres no Cinema”, bem como outras ações mencionadas ao longo do texto, diretamente relacionadas ao envolvimento e participação do Arquivo Nacional na RAM. Por outro lado, vemos recentemente um endurecimento na política de aquisição de acervos privados, que dificulta o ingresso, na principal instituição arquivística brasileira, desses outros registros que contam histórias não oficiais, de minorias historicamente silenciadas.

Há disputas, na sociedade e dentro das instituições arquivísticas, sobre quais acervos serão guardados, preservados, descritos, e quais atores sociais serão lembrados ou esquecidos. E os profissionais de arquivo não estão alheios a essas disputas; muitas vezes se envolvem diretamente e tensionam a política institucional.

Cifor e Wood são pesquisadoras feministas que vêm refletindo sobre a ausência, nos Arquivos, dos registros produzidos pelas mulheres e outros grupos marginalizados. Essas autoras trazem uma reflexão interessante sobre a maneira como a teoria feminista pode contribuir para questionarmos não apenas a ausência de registros sobre as mulheres ou a organização destes registros, mas a própria estrutura das instituições arquivísticas. Segundo elas, “uma intervenção feminista crítica nos arquivos, no entanto, pode significar uma reorganização fundamental das próprias instituições arquivísticas” (CIFOR, 2017, p. 18). Trata-se de transformar hierarquias, marcadas pelo patriarcalismo. O caminho é longo, mas a caminhada já começou.

REFERÊNCIAS

BENASSI, Martina. **Arquivo e representatividade: uma pesquisa através dos acervos de mulheres no Arquivo Nacional**. Orientadora: Patricia Ladeira Penna Macêdo. 2017. 62 f. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Arquivologia) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Portaria nº 311, de 9 de setembro de 2019. Estabelece critérios para recebimento de arquivos privados no Arquivo Nacional. Boletim de Gestão de Pessoas, Brasília, DF, ano 3, edição 9.14, 19 set. 2019. Disponível em:

<<https://boletim.sigepe.planejamento.gov.br/publicacao/detalhar/24799>>
Acesso em: 19 fev. 2022

CIFOR, Marika; WOOD, Stacy. Critical Feminism in the Archives. *Critical Archival Studies*. eds. Michelle Caswell, Ricardo Punzalan, and T-Kay Sangwand. Special issue, **Journal of Critical Library and Information Studies** 1, n.2, 2017.

COOK, Terry. Arquivologia e Pós-modernismo: novas formulações para velhos conceitos. **Informação Arquivística**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 123-148, jul./dez. 2012.

JIMERSON, Randall. Archives for all: professional responsibility and social justice. **The American Archivist**, v.70, n. 2, p. 252-281, 2007.

NEVES, Maria da Conceição da Costa. **Rua sem fim**: autobiografia. São Paulo: Ed. Das Américas, 1984.